

TECNOLOGIAS DIGITAIS E FORMAÇÃO CIDADÃ: DESAFIOS E PRÁTICAS ÉTICAS NO USO DAS TECNOLOGIAS NAS ESCOLAS

DOI: 10.5281/zenodo.18190402

Edinalva Rodrigues Silva¹

RESUMO

A construção de uma cultura digital pautada em princípios democráticos, éticos e protetivos ainda enfrenta desafios, como a necessidade de diretrizes mais claras, o aprimoramento da formação docente e o fortalecimento de políticas públicas. Esse cenário configura o problema central deste trabalho: como promover, no contexto escolar, uma educação digital que desenvolva nos estudantes competências éticas, críticas e seguras para o uso das tecnologias digitais? Em resposta a esse problema, o objetivo geral deste estudo foi analisar as contribuições das tecnologias digitais e da cidadania digital na educação escolar, com foco no desenvolvimento de práticas pedagógicas que promovam a ética, a responsabilidade e a segurança no ambiente digital. A escolha da pesquisa bibliográfica permitiu uma revisão sistemática e reflexiva da produção acadêmica consolidada, facilitando a compreensão teórica dos desafios e das potencialidades associados ao uso das tecnologias nas instituições escolares. Os resultados indicam que a promoção de uma educação digital baseada na cidadania digital contribui

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

significativamente para o desenvolvimento de competências responsáveis, críticas e éticas nos estudantes, além de reforçar práticas educativas voltadas à segurança e ao uso consciente da internet. Como conclusão, o estudo reafirma que a educação digital, quando articulada com a cidadania crítica e ética, representa um caminho promissor para preparar estudantes capazes de navegar de forma segura e reflexiva no mundo digital atual, promovendo o uso consciente das tecnologias, o respeito às diferenças, a responsabilidade social, a empatia, a colaboração, o pensamento crítico, a criatividade, a autonomia e o engajamento cidadão.

Palavras-chave: Cidadania digital. Educação digital. Tecnologias na escola. Práticas digitais. Segurança digital. Educação e tecnologia. Uso ético da internet.

ABSTRACT

This scenario constitutes the central problem of this work: how to promote, in the school context, a digital education that develops ethical, critical, and safe skills in students' use of digital technologies? In response to this problem, the general objective of this study was to analyze the contributions of digital technologies and digital citizenship in school education, focusing on the development of pedagogical practices that promote ethics, responsibility, and safety in the digital environment. The choice of bibliographic research allowed for a systematic and reflective review of established academic literature, facilitating a theoretical understanding of the challenges and potential associated with the use of technologies in schools. The results indicate that promoting a digital education based on digital citizenship significantly contributes to the development of responsible,

critical, and ethical skills in students, in addition to reinforcing educational practices focused on safety and conscious use of the internet. In conclusion, the study reaffirms that digital education, when combined with critical and ethical citizenship, represents a promising path to preparing students capable of navigating safely and reflectively in today's digital world, promoting the conscious use of technologies, respect for differences, social responsibility, empathy, collaboration, critical thinking, creativity, autonomy, and citizen engagement.

Keywords: Digital Citizenship. Digital Education. Technologies in School. Digital Practices. Digital Safety. Education and Technology. Ethical Use of the Internet.

1. INTRODUÇÃO

O atual momento histórico é marcado por uma profunda transformação tecnológica e econômica, na qual a digitalização permeia a vida social e econômica global. O contexto sociocultural contemporâneo evidencia a necessidade de preparar os indivíduos para uma participação ativa em ambientes virtuais, especialmente diante das desigualdades no acesso às tecnologias e das demandas por inclusão digital (Neves & Spósito, 2025). Portanto, a educação tem papel fundamental na mediação desse processo, promovendo não só habilidades técnicas, mas também o desenvolvimento do pensamento crítico, ética digital e cidadania responsável.

A inserção dessas ferramentas no ambiente escolar não deve ocorrer de maneira descontextualizada, mas sim acompanhada de estratégias que garantam o uso seguro, crítico e responsável dos recursos tecnológicos pelos

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

estudantes e educadores. Nesse cenário, emerge o conceito de cidadania digital, que propõe não apenas o acesso às tecnologias, mas também o desenvolvimento de competências éticas, reflexivas e sociais no uso desses meios.

No entanto, observa-se que muitas instituições escolares ainda enfrentam dificuldades para integrar de forma eficaz a cidadania digital aos seus currículos e práticas pedagógicas (Almeida e Valente, 2020). A ausência de diretrizes claras, a carência de formação adequada para os docentes e a falta de políticas públicas consistentes comprometem a construção de uma cultura digital baseada em princípios democráticos, éticos e protetivos. (Pretto, 2019).

Nesse cenário configura o problema central deste trabalho, que se expressa na seguinte questão de pesquisa: como a escola pode promover uma educação digital que desenvolva competências éticas, críticas e seguras nos estudantes? A partir dessa indagação, busca-se refletir sobre as práticas pedagógicas, as estratégias formativas e as políticas educacionais que contribuem para a construção de uma cidadania digital responsável no ambiente escolar. Essa indagação se relaciona profundamente com a vivência profissional desta autora, uma vez que a atuação se dá diretamente no ambiente escolar e vivencio cotidianamente os desafios de integrar as tecnologias digitais de forma ética, crítica e segura. É observado que muitos estudantes utilizam as ferramentas digitais com grande familiaridade técnica, mas, ao mesmo tempo, demonstram fragilidades no que se refere ao uso consciente, responsável e respeitoso dessas tecnologias.

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

Na prática pedagógica, é sentida a necessidade de ir além do ensino técnico-operacional das tecnologias. É fundamental criar oportunidades para que os alunos desenvolvam competências ligadas à análise crítica das informações, à proteção de dados pessoais e ao respeito às diferenças no ambiente virtual. No entanto, esse trabalho exige também um suporte institucional, tanto no que diz respeito à formação continuada dos docentes quanto à implementação de políticas escolares claras que incentivem a cultura da cidadania digital.

Assim, ao realizar a reflexão sobre essa questão de pesquisa, é identificada a importância da promoção de uma educação digital mais ética e segura requer não apenas estratégias pedagógicas bem estruturadas, mas também o envolvimento de toda a comunidade escolar, em especial das gestões educacionais, no sentido de garantir condições adequadas, recursos atualizados e apoio formativo para os educadores. Essa é, portanto, uma missão coletiva, que ressoa diretamente com meu compromisso profissional com uma educação pública de qualidade e socialmente transformadora.

Em resposta a esse problema, o objetivo geral deste estudo foi investigar como as estratégias baseadas em tecnologias, cidadania digital e práticas educativas podem ser aplicadas nas instituições escolares para enfrentar os riscos decorrentes do uso inadequado das mídias e ferramentas digitais.

Os objetivos específicos foram: compreender o conceito de cidadania digital e sua relevância no contexto educacional; investigar o papel das tecnologias digitais da Informação e Comunicação (TDICs) na formação de competências éticas e críticas; identificar os principais desafios enfrentados

pelas escolas frente aos riscos das práticas digitais; e apresentar diretrizes e recomendações para a formação docente voltada à promoção da cidadania digital.

A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, baseada em autores como Silva e Barros (2024) e Santos e Barros (2023), que discutem os desafios éticos, sociais e pedagógicos das práticas digitais nas instituições escolares e a necessidade de estratégias educativas para lidar com esses riscos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A integração das tecnologias digitais ao cotidiano escolar tem promovido transformações profundas nos processos de ensino e aprendizagem. No contexto da educação básica, as tecnologias não apenas ampliam o acesso à informação, mas também provocam mudanças nas práticas pedagógicas e nas relações entre professores, alunos e saberes. Segundo Pretto (2019), a escola deve assumir um papel ativo na mediação crítica do uso dessas tecnologias, considerando seu potencial formativo e seu impacto sociocultural.

A cidadania digital, nesse cenário, emerge como um conceito-chave para a formação de sujeitos conscientes de seus direitos e deveres no ambiente digital. A abordagem da cidadania digital na educação escolar deve ir além do uso técnico dos recursos tecnológicos e se voltar para uma compreensão ética, crítica e responsável das ações no ciberespaço. Para Almeida e Valente (2020), o desenvolvimento de competências digitais deve ser articulado à

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

construção de uma postura cidadã, que envolva respeito à diversidade, combate à desinformação e promoção da inclusão. A escola, como espaço privilegiado de formação humana, precisa incorporar em sua proposta pedagógica práticas que promovam não apenas a alfabetização digital, mas também o letramento crítico para o uso ético da internet e das redes sociais.

Nesse sentido, as tecnologias passam a ser vistas como instrumentos de empoderamento e participação democrática, favorecendo o protagonismo dos estudantes na construção de um mundo mais justo e solidário (Kenski, 2021). Ao refletir sobre a cidadania digital a partir do pensamento de Paulo Freire, é possível compreender que a inserção das tecnologias no contexto educacional vai além do acesso técnico. Para Freire, educar é um ato político que visa à libertação e à conscientização dos sujeitos. Dessa forma, a cidadania digital, entendida como a capacidade de agir com responsabilidade, ética e criticidade no mundo digital, deve ser construída com base em uma pedagogia dialógica, problematizadora e participativa.

Nesse processo, o estudante não pode ser considerado mero consumidor de informações, mas sim sujeito ativo na produção de sentido, na leitura crítica do mundo e, portanto, das tecnologias que o atravessam. Assim como Freire defendia que a leitura da palavra deve estar ligada à leitura do mundo, é fundamental que a leitura dos ambientes digitais esteja conectada à compreensão das relações sociais, de poder e de exclusão que também se manifestam nesses espaços.

Por isso, promover a cidadania digital é, em essência, promover uma educação que reconhece as contradições da realidade e possibilita a

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

construção de um sujeito capaz de transformar sua própria história. É nesse caminho que a escola precisa caminhar, formando indivíduos não apenas aptos a utilizar as ferramentas tecnológicas, mas, sobretudo, capazes de questionar seus usos, implicações éticas e sociais, e de agir com empatia, solidariedade e responsabilidade.

A cidadania digital refere-se à capacidade de agir de forma ética, crítica e responsável no ambiente digital, compreendendo os direitos e deveres que regem as interações *online*. Segundo Costa e Silva (2018), essa competência deve ser trabalhada na escola desde os primeiros anos, como parte de uma formação integral do aluno. A escola tem o papel de construir, junto aos estudantes, práticas que favoreçam o uso consciente das tecnologias.

A implementação da cidadania digital no currículo escolar requer planejamento e intencionalidade pedagógica. Martins (2020) destaca que os educadores precisam estar preparados para discutir temas como privacidade de dados, *cyberbullying*, discurso de ódio e *fake news* com seus alunos, promovendo espaços de diálogo e reflexão. Essa abordagem contribui para o desenvolvimento de atitudes responsáveis e respeitadas nas interações online.

No contexto educacional, a cidadania digital também implica desenvolver a competência de avaliar criticamente as informações recebidas. Como observa Fragelli (2019), a escola tem um papel fundamental na formação de leitores críticos das mídias digitais, capazes de identificar discursos manipuladores e práticas de desinformação. Isso é ainda mais relevante

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

diante da velocidade com que conteúdos são compartilhados nas redes sociais.

Além disso, a cidadania digital promove uma noção de pertencimento e participação social. Quando os estudantes compreendem que suas ações no ambiente digital têm consequências, tornam-se mais engajados em iniciativas coletivas e no exercício da cidadania ativa. Para Souza e Oliveira (2021), trabalhar esse eixo na educação escolar contribui para a formação de sujeitos mais conscientes, solidários e críticos diante dos desafios da sociedade digital.

As propostas pedagógicas que priorizam a cidadania digital favorecem o protagonismo juvenil. Antes de tudo, é importante compreender que cidadania digital refere-se à capacidade de participar de forma crítica, ética, segura e responsável nos ambientes digitais, compreendendo os direitos e deveres que regulam a convivência online. Esse conceito amplia a noção tradicional de cidadania, conforme expressa na Constituição Federal de 1988, que assegura a todos os brasileiros a participação ativa na vida política, social e cultural do país (art. 1º, inciso II; art. 5º; art. 205). Nesse sentido, a cidadania digital representa a extensão desses direitos e responsabilidades ao mundo virtual, incluindo o respeito à privacidade, à liberdade de expressão e à diversidade. Ao promover projetos em que os alunos criam conteúdos digitais com propósitos sociais, a escola estimula o uso criativo e transformador das tecnologias, alinhando-se ao princípio constitucional da formação para o pleno exercício da cidadania. Segundo Lopes e Mendes (2022), essa abordagem ajuda a superar o uso passivo dos

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

recursos tecnológicos, favorecendo a autonomia, a criticidade e a responsabilidade dos estudantes diante dos desafios contemporâneos.

O desenvolvimento da cidadania digital está diretamente ligado à inclusão digital e ao acesso às tecnologias. Para Ribeiro e Nascimento (2020), é fundamental que as políticas públicas educacionais garantam acesso equitativo às ferramentas tecnológicas, evitando a ampliação das desigualdades sociais. Sem esse acesso, a cidadania digital torna-se um privilégio de poucos.

Outro aspecto importante é o papel da formação docente na promoção da cidadania digital. Professores bem preparados são essenciais para orientar os alunos no uso seguro, ético e reflexivo da internet. De acordo com Andrade e Silva (2019), a formação continuada deve incluir conteúdos sobre cidadania digital, possibilitando aos educadores maior segurança para abordar essas temáticas em sala de aula.

A cidadania digital também favorece a construção de valores como empatia, solidariedade e respeito à diversidade. Ao discutir questões sociais no ambiente digital, os alunos aprendem a se posicionar de forma crítica e ética. Para Lima e Castro (2021), esses valores são fundamentais para a convivência democrática, tanto *online* quanto *offline*.

Iniciativas que envolvem o uso pedagógico das redes sociais, blogs, *podcasts* e vídeos permitem trabalhar a cidadania digital de forma integrada ao cotidiano dos estudantes. Quando bem planejadas, essas práticas fortalecem o senso de responsabilidade e pertencimento digital. Conforme aponta Silva

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

(2023), é papel da escola ressignificar essas ferramentas como instrumentos de construção coletiva do conhecimento.

A cidadania digital deve ser compreendida como uma dimensão transversal da educação. Ela perpassa todas as áreas do conhecimento e deve ser integrada aos projetos pedagógicos das escolas, promovendo a formação de cidadãos críticos e conscientes no século XXI. Isso requer uma atuação articulada entre gestores, professores, alunos e famílias (Macedo & Freitas, 2019).

As tecnologias digitais possuem um papel estratégico no desenvolvimento de competências críticas e éticas entre os estudantes. Elas ampliam as possibilidades de acesso ao conhecimento, de expressão e de participação social. Para Moraes e Silva (2021), quando utilizadas pedagogicamente, as tecnologias ajudam a desenvolver a autonomia intelectual dos alunos.

O uso crítico das tecnologias envolve a capacidade de analisar, comparar e validar informações. Essa competência é essencial para enfrentar os desafios da sociedade da informação, marcada pela abundância de dados e pela circulação de *fake news*. Segundo Barbosa e Tavares (2018), formar alunos críticos é uma tarefa que exige metodologias que incentivem o pensamento reflexivo.

A ética digital é uma dimensão central na formação cidadã. Ela está relacionada às atitudes que os sujeitos devem adotar no uso da tecnologia, respeitando os direitos humanos, a privacidade e os limites do outro. De acordo com Cunha e Machado (2022), as práticas pedagógicas devem incluir

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

discussões sobre o uso ético da internet, das redes sociais e dos dispositivos tecnológicos.

As competências críticas e éticas também estão vinculadas ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como empatia, autorregulação e cooperação. A interação *online* exige do aluno a capacidade de lidar com conflitos, respeitar opiniões diversas e agir com responsabilidade. Lima e Moreira (2021) afirmam que essas habilidades são tão importantes quanto as cognitivas no mundo digital.

A gamificação, os ambientes virtuais de aprendizagem e os recursos de inteligência artificial, quando bem utilizados, contribuem para desenvolver a consciência crítica dos estudantes. Esses instrumentos desafiam os alunos a resolver problemas, colaborar e tomar decisões com base em valores éticos. Para Fonseca (2019), a intencionalidade pedagógica é o que transforma a tecnologia em ferramenta de formação.

Além disso, a presença da tecnologia na escola deve ser pensada a partir de uma perspectiva interdisciplinar. Ao integrar diferentes áreas do conhecimento, os projetos educativos com tecnologias favorecem o olhar crítico sobre as implicações sociais, culturais e políticas dos recursos digitais. Para Alves e Santos (2020), essa abordagem é necessária para preparar os jovens para os desafios do século XXI.

O uso de tecnologias na educação também permite discutir os direitos digitais, como o direito à privacidade, à liberdade de expressão e ao acesso à informação. Ao tratar desses temas, os professores ajudam os alunos a

compreenderem os limites e as responsabilidades no uso dos recursos tecnológicos. Segundo Teixeira e Barros (2018), a escola deve ser espaço de problematização desses direitos.

Os dispositivos tecnológicos oferecem meios para democratizar a produção de conhecimento, permitindo que os estudantes sejam produtores e não apenas consumidores de conteúdos. Isso contribui para o empoderamento e o engajamento social. Para Diniz (2022), as tecnologias podem ser instrumentos de justiça social quando usadas para ampliar vozes e promover a equidade.

A cultura digital exige que a escola se reinvente e que os professores adotem metodologias mais ativas e participativas. O uso de mídias digitais, projetos colaborativos e plataformas interativas estimula o protagonismo estudantil. Como destaca Rocha (2023), essa mudança pedagógica favorece o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre o papel das tecnologias na sociedade.

O desenvolvimento de competências críticas e éticas por meio das tecnologias exige um compromisso com a formação humana em sua totalidade. A escola precisa oferecer não apenas conhecimentos técnicos, mas também oportunidades para refletir sobre os impactos sociais, ambientais e éticos das inovações tecnológicas (Vieira & Cardoso, 2020).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A construção de políticas públicas voltadas para a cidadania digital nas escolas é um desafio urgente e inadiável para a educação contemporânea.

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

Não basta apenas garantir o acesso às tecnologias é necessário promover uma formação crítica que permita aos estudantes navegar, participar e transformar os ambientes digitais. Blauth e Scherer (2020) já alertavam para o risco de uma escola digital que reproduz desigualdades se não houver um arcabouço legal e pedagógico claro, que garanta o direito de todos à educação digital com inclusão e diversidade. Essa visão é o ponto de partida para entender que a cidadania digital não pode ser um privilégio restrito a poucos, mas um direito democrático.

Nesse sentido, a Política Nacional de Educação Digital, analisada por Baião e Veraszto (2024), representa um avanço ao buscar integrar as tecnologias digitais aos processos pedagógicos das escolas públicas. Contudo, sua efetividade depende da superação de desafios reais, como a necessidade de um acompanhamento contínuo para que essa política não se resuma à oferta de infraestrutura. É fundamental que ela contemple a formação docente e uma revisão curricular que incorpore competências digitais de maneira profunda, fortalecendo a cidadania digital em sua dimensão mais ampla.

A formação do professor aparece, assim, como um elemento central nesse processo. Andrade e Santos (2023) enfatizam a importância de preparar os docentes para atuarem como mediadores no ambiente digital, o que exige políticas públicas que garantam capacitação permanente e contextualizada. Afinal, não basta ter acesso à tecnologia se os professores não estiverem aptos a utilizá-la pedagogicamente para desenvolver o senso crítico e a responsabilidade digital nos estudantes.

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

Além disso, o contexto pós-pandemia, como destaca Castioni (2022), revelou e aprofundou as desigualdades educacionais e a exclusão digital, deixando claro que as políticas públicas precisam ser integradas e abrangentes. Ampliar o acesso, garantir formação contínua e investir em infraestrutura são passos indissociáveis para assegurar que a cidadania digital seja um direito exercido por todos, e não um privilégio de poucos.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), conforme apontam Borges e Almeida (2021), deve ser um guia vivo para essa transformação, orientando a formação docente e a construção curricular para além das habilidades técnicas, incluindo valores éticos e democráticos. É essencial que o currículo escolar prepare os estudantes para os dilemas e desafios do mundo digital, promovendo pensamento crítico e ética, elementos que vão ao encontro da verdadeira cidadania.

Nesse panorama, as metodologias ativas ganham destaque, como defende Bacich e Moran (2018). Elas favorecem um protagonismo estudantil que utiliza as tecnologias digitais para interagir, colaborar e exercer direitos, promovendo uma participação crítica no ambiente educacional. Assim, as políticas públicas não devem apenas permitir o uso da tecnologia, mas incentivar práticas pedagógicas que fomentem o engajamento e a reflexão.

Por outro lado, Borges e Almeida (2022) fazem um alerta importante sobre a avaliação no contexto digital. Avaliar competências digitais é mais do que medir o domínio técnico; é preciso considerar se os estudantes compreendem e assumem responsabilidades éticas e colaborativas no uso das tecnologias.

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

Avaliações alinhadas à cidadania digital podem fomentar uma cultura escolar que valorize o uso responsável e crítico das ferramentas digitais.

Outro ponto que não pode ser negligenciado é a dimensão legal da cidadania digital. Como Blauth e Scherer (2020) enfatizam, os marcos legais precisam proteger direitos fundamentais como privacidade, segurança e o combate à desinformação, estabelecendo normas claras para a atuação das escolas e garantindo um ambiente digital seguro e ético para os estudantes. A formação docente, segundo Andrade e Santos (2023), deve contemplar esses aspectos, capacitando os professores para orientar os alunos sobre seus direitos e deveres digitais.

Se o desejo maior seja de superar a fragmentação que muitas vezes caracteriza as ações públicas, é imprescindível, como lembra Castioni (2022), a construção de um projeto integrado que una acesso, formação, infraestrutura e suporte técnico. Só assim a cidadania digital poderá ser efetivamente incorporada ao cotidiano escolar, rompendo com o caráter pontual ou fragmentado das iniciativas atuais.

A participação da comunidade escolar, destacada por Baião e Veraszto (2024), é um elemento chave para a legitimidade e a efetividade dessas políticas. Construir democraticamente as políticas públicas significa ouvir estudantes, professores, famílias e gestores, para que a cidadania digital deixe de ser um conceito abstrato e se torne uma prática vivida, com impacto real na formação de cidadãos críticos e atuantes.

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

Dessa forma, construir uma escola democrática na era digital passa pela conjugação de esforços legais, pedagógicos e formativos, com políticas públicas que ampliem o acesso e fortaleçam a participação e a reflexão crítica. A cidadania digital, nesse contexto, emerge não apenas como uma competência técnica, mas como uma prática ética, política e social fundamental para a educação do século XXI.

O futuro do uso das tecnologias digitais na educação demanda uma abordagem que ultrapasse a mera instrumentalização, exigindo uma reflexão crítica e uma prática pedagógica inovadora. É fundamental ampliar a diversidade metodológica para integrar essas tecnologias como ferramentas que promovam a autonomia e o pensamento crítico dos estudantes, preparando-os para uma cidadania digital consciente e segura. Nesse sentido, a competência digital dos professores se apresenta como um pilar essencial para essa transformação, pois não basta dominar recursos tecnológicos é preciso orientar os alunos para um uso ético, responsável e crítico das ferramentas digitais.

No entanto, a transformação digital na educação não se limita à capacitação técnica dos educadores; ela implica também a criação de ambientes acessíveis e inclusivos que assegurem a participação de todos os estudantes, respeitando as diferentes necessidades presentes nas salas de aula. A acessibilidade digital, especialmente para alunos com deficiência, deve ser prioridade na construção de uma educação democrática e verdadeiramente inclusiva, o que implica o desenvolvimento de tecnologias assistivas e adaptações que garantam essa participação plena.

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

Para que essa inclusão seja efetiva, é imprescindível investir na formação contínua dos profissionais da educação, preparando-os para enfrentar os desafios e aproveitar as potencialidades do contexto digital. A simples disponibilização de recursos não assegura a inclusão; é necessária uma mediação qualificada que valorize a diversidade e favoreça a aprendizagem equitativa. Essa formação precisa, ainda, incorporar a dimensão emocional, reconhecendo que o suporte afetivo é fundamental para que os educadores possam lidar com as ansiedades e incertezas decorrentes das constantes mudanças tecnológicas.

A saúde emocional do professor, muitas vezes negligenciada, deve estar no centro da discussão sobre inovação pedagógica na era digital. Proporcionar condições de trabalho que valorizem não só o domínio das tecnologias, mas também o bem-estar dos educadores, é essencial para que eles conduzam práticas educativas seguras e equilibradas. As políticas públicas, portanto, precisam articular investimentos em formação, infraestrutura e suporte emocional, garantindo equidade no acesso e na participação digital, sobretudo para estudantes em situações de vulnerabilidade social.

Além disso, a formação docente deve ser pensada como uma política pública contínua e dinâmica, capaz de acompanhar as transformações tecnológicas e sociais. Essa política deve fomentar o desenvolvimento de habilidades críticas e éticas, preparando educadores para mediar a cultura digital de forma segura e responsável, enfrentando desafios como a privacidade, a desinformação e os riscos da internet. O diálogo entre gestores, formuladores, instituições formadoras e a comunidade escolar é imprescindível para construir um ambiente educacional em que a tecnologia

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

seja ferramenta de aprendizagem significativa e formadora de cidadãos conscientes.

A inclusão digital, portanto, vai muito além do acesso a dispositivos e conexão; ela implica a transformação da prática pedagógica e a preparação conjunta de professores e alunos para interações digitais conscientes, éticas e colaborativas. A ética digital deve ser um eixo central da formação, de modo que o professor atue como mediador crítico, capaz de promover um uso reflexivo das tecnologias que respeite os vínculos humanos e os princípios da convivência democrática.

A constante evolução tecnológica impõe que a formação docente seja permanente, estimulando atualizações frequentes e a adoção de práticas pedagógicas inovadoras e contextualizadas. Nesse processo, o suporte emocional revela-se um componente indispensável para fortalecer a autoconfiança do professor e para criar um ambiente escolar acolhedor, onde os desafios digitais sejam enfrentados com equilíbrio e segurança.

A construção de uma educação digital de qualidade depende da articulação coletiva entre todos os atores envolvidos, com políticas públicas que priorizem a equidade, a formação crítica e o desenvolvimento de ambientes acessíveis. Somente assim será possível garantir uma cidadania digital inclusiva, que valorize a diversidade e promova oportunidades equânimes para todos. A educação digital, vista como direito social, exige responsabilidade coletiva para que seu potencial transformador seja plenamente realizado, construindo uma cultura digital ética, reflexiva e formadora para as futuras gerações.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo geral investigar como as estratégias baseadas em tecnologias, cidadania digital e práticas educativas podem ser aplicadas nas instituições escolares para enfrentar os riscos decorrentes do uso inadequado das mídias e ferramentas digitais. A partir da análise realizada, constatou-se que, embora as tecnologias digitais ofereçam inúmeras possibilidades para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, sua incorporação ao cotidiano escolar exige planejamento pedagógico, formação docente e ações integradas de conscientização para o uso crítico e responsável desses recursos.

A pesquisa evidenciou que muitos estudantes, especialmente nas fases iniciais de escolarização, ainda não possuem maturidade para distinguir os limites entre o uso educativo, recreativo e nocivo das mídias digitais. Nesse sentido, torna-se imprescindível que as escolas desenvolvam ações voltadas para a formação da cidadania digital, com ênfase no respeito ao outro, na proteção de dados pessoais, no combate à desinformação e no uso ético da internet. A ausência de diretrizes claras, combinada com a carência de formação específica dos professores, tem dificultado o avanço dessas práticas nas escolas, especialmente nas redes públicas e em regiões com infraestrutura tecnológica limitada.

Outro ponto abordado foi a necessidade de garantir a equidade no acesso às tecnologias. Muitos estudantes brasileiros ainda enfrentam dificuldades para acessar dispositivos eletrônicos e conexão à internet de qualidade, o que compromete não apenas o desenvolvimento de competências digitais, mas

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

também o exercício pleno da cidadania no mundo conectado. A inclusão digital, portanto, deve ser entendida não apenas como o fornecimento de equipamentos, mas como a construção de uma cultura escolar que promova o pensamento crítico, a responsabilidade digital e o engajamento social positivo por meio das tecnologias.

As práticas educativas voltadas para o uso consciente das mídias exigem que os educadores estejam preparados para lidar com os dilemas éticos e pedagógicos que emergem no ambiente digital. O estudo demonstrou que a formação continuada é essencial para que os docentes se sintam seguros ao aplicar metodologias ativas que envolvam o uso de recursos digitais. Além disso, é necessário que as políticas públicas educacionais incentivem a adoção dessas práticas por meio de investimentos em infraestrutura, materiais didáticos e parcerias com instituições que promovam a cultura digital.

A pesquisa também apontou que a integração das tecnologias deve ser acompanhada de práticas pedagógicas reflexivas, contextualizadas e alinhadas ao currículo. Apenas dessa forma será possível combater o uso inadequado das mídias e garantir que os estudantes não apenas consumam informações, mas sejam protagonistas no processo de construção do conhecimento, com postura ética e senso crítico. As escolas devem ser espaços seguros e formadores para o exercício da cidadania digital, prevenindo comportamentos como o *cyberbullying*, o plágio, a exposição indevida da imagem e a disseminação de notícias falsas.

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

Além disso, destacou-se a importância do envolvimento da comunidade escolar incluindo pais, responsáveis e gestores na promoção da cidadania digital. O diálogo entre escola e família é essencial para que haja coerência nas orientações dadas aos alunos quanto ao uso das tecnologias. Campanhas educativas, rodas de conversa e atividades interativas podem ser ferramentas eficazes para aproximar os diversos atores sociais e fomentar uma cultura de uso consciente e crítico das mídias digitais.

Portanto, conclui-se que, para enfrentar os riscos do uso inadequado das tecnologias nas escolas, é necessário adotar uma abordagem integrada, multidisciplinar e contínua, que envolva todos os segmentos da comunidade escolar. A escola do século XXI deve se comprometer com a formação de sujeitos autônomos, críticos e éticos, capazes de agir com responsabilidade no mundo digital, transformando as ferramentas tecnológicas em aliadas da educação e da cidadania.

Diante das constatações desta pesquisa, propõe-se que futuros trabalhos aprofundem a análise sobre os impactos da formação docente contínua na promoção da cidadania digital nas escolas, considerando diferentes contextos regionais e socioeconômicos. Também se sugere o desenvolvimento de estudos de caso em instituições que conseguiram implementar, com sucesso, projetos integrados de tecnologia e ética digital, visando identificar práticas que possam ser replicadas em outras realidades.

Outra proposta relevante para pesquisas futuras seria a investigação da percepção dos alunos sobre o uso das mídias digitais e suas implicações éticas. Isso permitiria entender melhor os hábitos, valores e comportamentos

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

dos jovens em ambientes virtuais, contribuindo para a elaboração de estratégias pedagógicas mais eficazes e significativas.

Considera-se importante que sejam realizados estudos interdisciplinares que envolvam áreas como Psicologia, Educação, Comunicação e Direito, com o objetivo de construir diretrizes educacionais que assegurem um ambiente digital seguro, inclusivo e promotor de aprendizagens significativas. Essas investigações podem contribuir para a formulação de políticas públicas mais justas e coerentes com os desafios contemporâneos da sociedade digital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. E. B. Formação docente e tecnologias: desafios e perspectivas. *Revista Educação e Tecnologia*, v. 27, n. 2, p. 45–63, 2022.

ALMEIDA, M. E. B.; VALENTE, J. A. Tecnologia e formação de professores: explorando novas possibilidades. Campinas: Papirus, 2021.

ALVES, L. M.; RAMOS, F. S. Desafios da docência na pandemia: tecnologia, trabalho e formação. *Revista Práxis Educacional*, v. 17, n. 45, p. 94–110, 2021.

ALVES, L. M.; RAMOS, F. S. Formação docente e ensino remoto emergencial: desafios e aprendizagens. *Revista Educação & Formação*, v. 6, n. 3, e5344, 2021.

ANDRADE, M. C.; SANTOS, L. M. Desafios e possibilidades da prática docente com tecnologias digitais. *Educação & Realidade*, v. 48, n. 1,

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

e107934, 2023.

ANDRADE, M. C.; SANTOS, L. M. Formação docente e tecnologias digitais: olhares para a prática pedagógica nos anos iniciais. *Revista Diálogo Educacional*, v. 23, n. 77, p. 102–120, 2023.

BACICH, L.; MORAN, J. M. Metodologias ativas para uma educação inovadora. Porto Alegre: Penso, 2018.

BACICH, L.; MORAN, J. M.; ALMEIDA, M. E. B. Inovação pedagógica e tecnologias digitais na formação docente. *Educação & Tecnologia*, v. 33, n. 1, p. 75–92, 2020.

BAIÃO, J.; VERASZTO, L. A Política Nacional de Educação Digital e seus desdobramentos para a escola pública. *Revista Brasileira de Educação*, v. 29, n. 1, p. 45–62, 2024.

BLAUTH, R.; SCHERER, S. Educação digital e políticas públicas: desafios para uma escola democrática. *Educação & Sociedade*, v. 41, n. 152, p. 1–17, 2020.

BORGES, M. L.; ALMEIDA, L. F. Cultura digital e BNCC: reflexões sobre formação docente e currículo. *Cadernos CEDES*, v. 41, n. 114, p. 204–217, 2021.

BORGES, M. L.; ALMEIDA, L. F. Cultura digital e avaliação na escola pública. *Cadernos CEDES*, v. 42, n. 116, p. 65–80, 2022.

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

CASTIONI, R. Inclusão digital e desigualdades educacionais: panorama e desafios pós-pandemia. *Revista Retratos da Escola*, v. 16, n. 38, p. 302–317, 2022.

COSTA, R. S. Formação de professores e cultura digital: desafios e possibilidades. *Revista Práxis Educacional*, v. 17, n. 45, p. 252–268, 2021.

COSTA, R. S.; MENDONÇA, P. M. Educação digital como política pública: análise da PNED. *Educação e Pesquisa*, v. 49, e247383, 2023.

CUNHA, R. L.; MENDES, R. J. A infraestrutura tecnológica nas escolas públicas: limites e oportunidades. *Educar em Revista*, v. 38, p. 1–20, 2022.

CUNHA, R. L.; MENDES, R. J. Ações emergenciais de inclusão digital no ensino público brasileiro: limites e possibilidades. *Educar em Revista*, v. 38, p. 1–20, 2022.

FREITAS, M. T. A.; SILVA, D. J. Valorização docente e formação continuada: caminhos possíveis para a educação digital. *Revista Retratos da Escola*, v. 16, n. 39, p. 88–105, 2022.

FRANCO, M. Educação Conectada: caminhos para uma política digital mais equitativa. *Revista Brasileira de Políticas Educacionais*, v. 12, n. 2, p. 77–95, 2022.

KENSKI, V. M. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2021.

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

LIMA, A. R.; SANTOS, M. F. Autonomia docente e inovação pedagógica: caminhos para a transformação escolar. *Revista Educação em Foco*, v. 28, n. 2, p. 112–129, 2022.

MANZANO, M. Conectividade nas escolas públicas brasileiras: avanços e desafios após a pandemia. *Educação & Realidade*, v. 49, n. 1, p. 91–108, 2024.

MENEZES, F. J.; OLIVEIRA, D. P. Formação docente investigativa: práticas e desafios na era digital. *Educação e Pesquisa*, v. 49, e25874, 2023.

MENDES, D. P.; CASTRO, F. P. A formação de professores e o uso das TIC na educação básica. *Revista Educação em Foco*, v. 28, n. 1, p. 34–51, 2023.

MENDES, D. P.; CASTRO, F. P. O suporte institucional ao uso das TICs na prática docente. *Revista Educação em Foco*, v. 28, n. 1, p. 34–51, 2023.

MORAN, J. M. A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá. Campinas: Papirus, 2020.

OLIVEIRA, J. A.; BARBOSA, L. M. Suporte emocional e inovação pedagógica: o papel da formação continuada. *Revista Brasileira de Educação*, v. 28, n. 95, p. 1–19, 2023.

PEREIRA, G. M.; ANDRADE, C. L. Diversidade metodológica e tecnologias digitais no ensino fundamental. *Revista Educação & Tecnologia*, v. 29, n. 3, p. 45–61, 2021.

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

PEREIRA, G. M.; LIMA, A. R. A inclusão digital e os desafios na escola pública. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 18, n. 2, p. 489–505, 2023.

PEREIRA, G. M.; LIMA, A. R. Formação docente digital: caminhos para uma política pública contínua. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 18, n. 2, p. 512–528, 2023.

PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. A formação docente frente aos desafios da cultura digital. *Revista Didática Sistêmica*, v. 26, n. 1, p. 17–35, 2021.

SASSAKI, R. K. Acessibilidade digital na escola: desafios para a inclusão educacional de alunos com deficiência. *Inclusão e Cidadania*, v. 9, n. 1, p. 23–39, 2022.

SANTOS, M. F.; FREITAS, M. T. A. Políticas públicas e formação docente na era digital. *Revista Retratos da Escola*, v. 16, n. 39, p. 44–61, 2022.

SILVA, D. M.; GOMES, R. A. Competência digital e inovação pedagógica: estudo com professores da educação básica. *Educação & Sociedade*, v. 42, e240820, 2021.

SILVA, D. M.; RODRIGUES, A. P. Competência digital docente e políticas de formação. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, v. 18, n. 51, p. 64–82, 2021.

SILVA, D. M.; RODRIGUES, A. P. Competência digital docente: formação e desafios. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, v. 18, n. 52, p. 30–47,

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

2022.

SOUZA, C. A.; CARVALHO, M. P. A gestão escolar e o suporte à inovação pedagógica com tecnologias. Educação & Sociedade, v. 43, e253812, 2022.

SOUZA, C. A.; CARVALHO, M. P.; SILVA, T. R. Redes colaborativas e desenvolvimento profissional docente na educação digital. Educação & Pesquisa, v. 49, e25885, 2023.

¹ Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University.

E-mail: edinalvarodriguessilvan@gmail.com